

EVIDÊNCIAS

Nº 15 | Set - Dez 2023 ISSN 2675-1674



MAIS GRUPOS DE CIENTISTAS PESQUISAM SOBRE PICS NO BRASIL

Análise atualizada do diretório do CNPq, feita pelo ObservaPICS, aponta crescimento de 10% no número de grupos de pesquisa em práticas integrativas, comparado a 2019. Plantas medicinais permanecem como tema mais frequente.

- **Experiência** | Monitoramento das Pics em construção pelo Observatório e estados.
- **Formação** | Pics na Residência Multiprofissional em Saúde da Família.
- **Integrando Saberes** | Indígenas querem protagonismo em pesquisas.
- **Reflexão** | Meta-análises acerca de estudos em homeopatia.



Evolução na ciência e no SUS

O Boletim Evidências 15 traz uma análise atualizada de dados sobre grupos de pesquisa em Pics registrados no diretório do CNPq. Em quatro anos o quantitativo cresceu 10%. Plantas medicinais permanece como temática mais recorrente.

A edição também anuncia um sistema de monitoramento das Pics no SUS, com indicadores pactuados no projeto Fortespics. Aborda como as Secretarias Estaduais de Saúde do Acre, Goiás, Maranhão e Rio Grande do Sul implementam a política de práticas integrativas.

Confira ainda como os indígenas querem participar da produção científica e como a Ensp/Fiocruz inclui conteúdo de Pics no Programa de Residência Multiprofissional.

Evidências é o boletim quadrimestral do Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (**ObservaPICS**), vinculado à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz. A publicação, voltada a atores do SUS, é digital e pode ser acessada gratuitamente no formato PDF pelo site <https://observapics.fiocruz.br/boletim/>.

É permitida a reprodução do conteúdo divulgado, desde que citada a fonte, sendo proibido o uso para fins comerciais.

Endereço: Instituto Aggeu Magalhães | Fiocruz Pernambuco - Nesc, 4º andar, Sala 8. Av. Professor Moraes Rego, s/n - Campus Recife Cidade Universitária - Recife/PE. CEP: 50.740-465. Telefone: (81) 2101-2580. Website: observapics.fiocruz.br

Sugestões, comentários e perguntas: divulga.observapics@gmail.com

EXPEDIENTE

Coordenação geral

Islândia M. Carvalho de Sousa

Pesquisadoras

Inês Reis

Mirna Teixeira

Produção

Redação e edição

Veronica de Almeida Silva

Jornalista DRT-PE 1933

Fabíola Tavares de Oliveira

Jornalista DRT-PE 2546

Projeto gráfico e diagramação

Bruno Flávio Espíndola Leite

Apoio técnico

Camila Tenório Ferreira

Gisléa K. Ferreira da Silva

Jaqueline de Cássia N. Velloso

Conselho editorial

Adriana Falangola B. Bezerra

UFPE

Bernardo Diniz Coutinho

UFC

Carmem Verônica Abdala

Bireme/Opas/OMS

Charles Dalcanale Tesser

UFSC

Cristiano Siqueira Boccolini

Icict/Fiocruz

Daniel Miele Amado

Rede MTCI

Danilo Silva Guimarães

USP

Islândia M. Carvalho de Sousa

Fiocruz PE

Nelson Filice de Barros

Unicamp

Paulo Cesar Basta

Ensp/Fiocruz

Vera Lucia Luiza

Ensp/Fiocruz

ÍNDICE

- 4 **CIÊNCIA**
| Sobe para 610 o número de grupos de pesquisa em Pics cadastrados no CNPq
- 10 **EXPERIÊNCIA**
| Sistema de monitoramento das Pics é construído coletivamente
- 20 **FORMAÇÃO**
| As Pics no programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família
- 22 **INTEGRANDO SABERES**
| Cientistas indígenas querem participação ativa em projetos de pesquisa no Brasil
- 24 **REFLEXÃO**
| Revisão sistemática de meta-análises mostra eficácia da homeopatia
- 27 **PARCERIA**
| IV Congrepics: troca de conhecimento por uma saúde integrativa



Sobe para 610 o número de grupos de pesquisa em Pics cadastrados no CNPq

A quantidade de grupos de cientistas cadastrados no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com pesquisa sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics), chega a 610. É um número 10% maior se comparado ao constatado em 2019 pelo ObservaPICS. O Observatório iniciou em 2023 uma atualização dos dados pesquisados quatro anos antes, chegando a essa e outras informações. “Os resultados mostram um crescente interesse acadêmico nesse campo no Brasil, evidenciando que as Pics estão se consolidando como uma área de estudo relevante e em expansão no cenário de pesquisa nacional”, concluem as pesquisadoras Gislea Ferreira e Islândia Carvalho, do ObservaPICS.

O novo estudo, segundo elas, abrangeu 26 descritores, “identificando e validando grupos por meio de critérios de inclusão, que envolveram a análise do conteúdo dos objetivos do grupo, linhas de pesquisa, de modo a excluir aqueles cujo conteúdo não condizia com os descritores utilizados”.



Plantas medicinais e SUS

Gislea e Islândia informam que, “semelhante ao cenário encontrado em 2019, o descritor ‘plantas medicinais’ é o que concentra o maior número de grupos”. Na primeira edição da pesquisa, ‘plantas medicinais’ agregava 356 grupos (65%). Na atualização em 2023, 377 grupos (61%) usam o descritor. “Embora tenha havido uma discreta diminuição de grupos relacionados a plantas medicinais, trata-se ainda da temática mais representativa no cenário da pesquisa científica em Pics”, avalia Islândia Carvalho, coordenadora-executiva do Observatório. As ciências da saúde, biológicas e agrárias são as que concentram mais grupos estudando sobre Pics.

No novo quadro, de 2023, “86 grupos apresentam informações em seus objetivos e linhas de pesquisas relacionadas a projetos e pesquisa em Pics com foco no SUS, especialmente na Atenção Primária à Saúde”, revelam as pesquisadoras. Esse quantitativo não apresentou alteração em relação à primeira pesquisa, que identificou 84 grupos

com projetos de pesquisa em Pics no SUS, em sua segunda fase.

Por regiões e novos

Nessa atualização, o Nordeste supera o Sudeste em grupos de pesquisa com a temática Pics, sendo a região mais representativa (34%). No primeiro levantamento, o Sudeste aparecia na dianteira, concentrando 31% das equipes. As instituições públicas produtoras de conhecimento em práticas integrativas permanecem predominando. Em 2019, eram 84% e agora, 88%. O foco no SUS não se alterou muito, passando de 84 para 86 grupos em números absolutos, e caindo um pouco na proporcional, de 15% para 14% do total.

A análise em curso aponta que “447 dos 610 grupos da atual pesquisa não foram encontrados em sua primeira edição em 2019”. No entanto, “considerando o ano de formação desses grupos, os denominados novos somam 109 (17% dos 611), uma vez que foram criados a partir de 2020. A maior parte das novas equipes estão concentradas também na região Nordeste (39 grupos), representando 35% desses grupos criados a partir de 2020”, relatam as pesquisadoras.

Elas lembram que, “no último censo de grupos de pesquisas cadastrados no Diretório do CNPq divulgado no site da instituição, em 2016 havia 37.640 grupos cadastrados no país. Tomando esse total como referência, podemos afirmar que os grupos de pesquisa em Pics correspondem a 1,8% do total de grupos cadastrados, o que é incipiente, embora esteja em crescimento”.

Coleta de dados

1200

Grupos encontrados no Diretório do CNPq na busca pelos descritores

Excluídos

333

Grupos excluídos duplicados

50

Grupos excluídos não certificados, em preenchimento e aguardando certificação

207

Grupos excluídos após leitura dos objetivos e linhas de pesquisa não condizentes com os descritores

610

Grupos selecionados com linhas de pesquisa em PICS

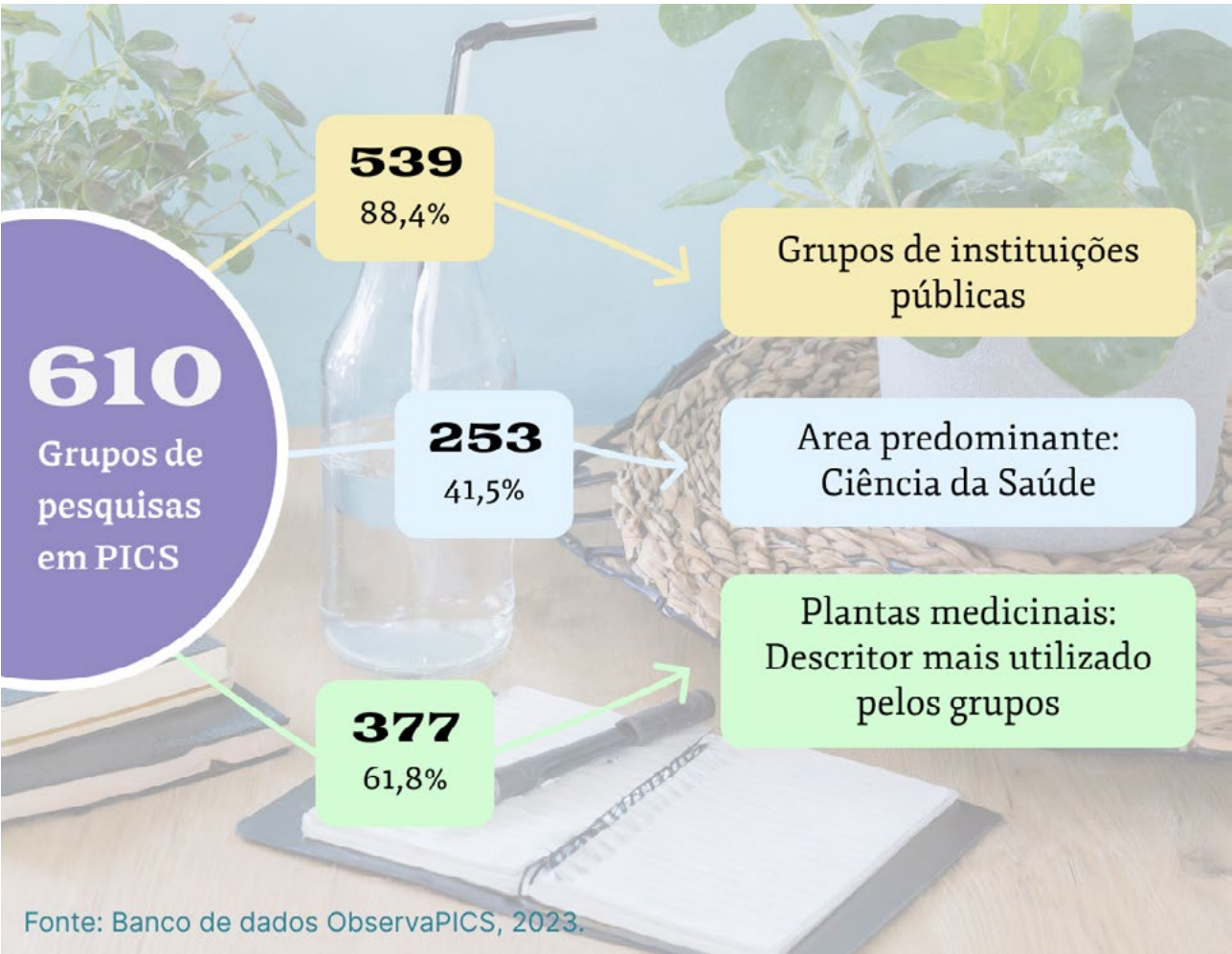
101

Grupos com pesquisas em temas

86

Grupos com pesquisas com foco no SUS

Fonte: Banco de dados ObservaPICS, 2023.



Comparativo dos grupos de pesquisa em PICS, 2019-2023				
Ano	Total de grupos	Região mais representativa	Instituições públicas	Foco SUS
2019	548	Sudeste (31%)	465 (84%)	84 (15%)
2023	610 (+10% em relação a 2019)	Nordeste (34%)	539 (88%)	86 (14%)

Fonte: Diretório CNPq (2019;2023); Banco de dados ObservaPICS (2019;2023).

Distribuição dos grupos por região e tipo de instituição, 2023			
Região	Privada	Pública	Total Geral
Nordeste	15	194	209
Sudeste	30	138	168
Sul	18	95	113
Nordeste	3	72	75
Centro-Oeste	5	40	45
Total	71	539	610
Fonte: Diretório CNPq, 2023; Banco de dados ObservaPICS, 2023.			

Distribuição dos grupos de pesquisa por área predominante e região, 2023						
Área predominante	Nordeste	Sudeste	Sul	Norte	Centro-oeste	Total Geral
Ciências da Saúde	85	68	54	29	17	253
Ciências Biológicas	57	43	24	17	13	154
Ciências Agrárias	29	21	22	13	7	92
Ciências Exatas e da Terra	27	18	6	9	4	64
Ciências Humanas	7	12	4	4	4	31
Linguística, Letras e Artes	1	2	2	2	-	7
Engenharias	1	3	-	-	-	4
Ciências Sociais Aplicadas	2	-	-	1	-	3
Outra	-	1	1	-	-	2
Total	209	168	113	75	45	610
Fonte: Diretório CNPq, 2023; Banco de dados ObservaPICS, 2023.						

Distribuição dos grupos novos (criados a partir de 2020), 2023						
Grupos novos	Nordeste	Sudeste	Sul	Norte	Centro-oeste	Total Geral
2020	18	10	7	3	3	41
2021	11	7	5	4	4	31
2022	10	10	4	4	2	30
2023	-	5	1	1	-	7
Total	39	32	17	12	9	109
Fonte: Diretório CNPq, 2023; Banco de dados ObservaPICS, 2023.						

Grupos novos por descritores, 2023	
Descritores	Grupos
Plantas medicinais	58
Práticas integrativas	31
Práticas integrativas e Complementares	25
Fitoterapia	17
Medicina tradicional	6
Medicina complementar	4
Ozonioterapia	4
Yoga	4
Meditação	3
Musicoterapia	3
Bioenergética	2
Homeopatia	2
Reiki	2
Arterapia	1
Constelação familiar	1
Total	163*
*Obs: Cada grupo pode estar vinculado a mais de um descritor. Fonte: Diretório CNPq, 2023; Banco de dados ObservaPICS, 2023.	

Distribuição dos grupos por descritores mais utilizados (n=828*)	
Descritores	Grupos
Plantas Medicinais	377
Práticas Integrativas	114
Fitoterapia	95
Práticas Integrativas e Complementares	91
Homeopatia	26
Medicina Tradicional	24
Medicina Complementar	21
Meditação	15
Musicoterapia	15
Yoga	13
Bioenergética	10
Reiki	8
Antroposofia	5
Arteterapia	5
Racionalidades em Saúde	4
Constelação Familiar	3
Dança Circular	1
Terapia Comunitária	1
Total	828*
*Obs: Um mesmo grupo pode estar vinculado a mais de um descritor, desta forma o total ultrapassa a base amostral de 610 grupos de pesquisa em PICS encontrados na base de dados do Diretório do CNPq. Fonte: Diretório CNPq, 2023; Banco de dados ObservaPICS, 2023.	



Imagem: RedePICS Brasil/Divulgação.

Sistema de monitoramento das Pics é construído coletivamente

Em uma ação conjunta e inovadora, referências técnicas estaduais em práticas integrativas e complementares, Ministério da Saúde (MS) e Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (ObservaPICS/Fiocruz) estão construindo um sistema de monitoramento das Pics no Brasil. A iniciativa é desenvolvida a partir da necessidade das entidades federativas e do Distrito Federal de planejar a expansão e a qualificação das Pics no Sistema Único de Saúde (SUS). A atividade é parte do projeto de apoio institucional Fortalecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Estados (Fortespics), coordenado pelo ObservaPICS.

A construção do monitoramento teve início no IV Congresso Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Congrepics), realizado em novembro de 2023, em Santa Catarina. Lá foram pactuados cinco indicadores para subsidiar o monitoramento: número de serviços que ofertam pelo menos uma prática em Pics; número de atendimentos em Pics na Atenção Primária à Saúde (APS); número de atendimentos na Atenção Especializada (AE) no SUS; modalidades de Pics ofertadas na APS; número de profissionais com formação em pelo menos uma modalidade de práticas integrativas.

Os indicadores serão alimentados com dados dos bancos de informações do MS, que está apoiando os estados no levantamento desse material e na produção dos indicadores. A próxima etapa da construção do sistema de monitoramento será a definição de metas para os indicadores. Dentre os indicadores listados acima, apenas o referente à formação não teve sua fonte de dados definida ainda, o que ocorrerá ao longo de 2024.

“No primeiro trimestre de 2024, os estados farão o levantamento inicial para saber como estão em relação aos indicadores. A partir disso vamos pactuar nacionalmente metas que sejam factíveis, al-

cançáveis diante da capacidade instalada que possuem”, explica a pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) e do ObservaPICS, Mirna Teixeira.

Também pesquisadora da Ensp e colaboradora do ObservaPICS, Patrícia Pássaro aponta que, com os indicadores, as referências em PICS poderão continuar a induzir a implementação das PICS nos municípios e na rede estadual. “Essa é a primeira vez que se faz levantamento nacional dos indicadores, construído de baixo para cima e de forma coletiva, a partir da necessidade dos estados”, destaca Pássaro.

Para a coordenadora do Observapics, a pesquisadora da Fiocruz Pernambuco Islândia

Carvalho, o avanço na qualificação e segurança da intervenção em políticas públicas exige um acompanhamento preciso do quê, como e quando estão sendo implementadas. “Reconhecemos que encontrar indicadores que evidenciem as condições de todos os territórios é um desafio complexo. Este pacto é apenas o início de uma jornada que envolve muitas etapas. A certeza é de que, ao longo do processo, será necessário aprimorar continuamente os indicadores e encontrar o formato mais adequado para enfrentar esse desafio. A construção colaborativa e o compromisso conjunto dessas entidades prometem um avanço significativo na efetividade das políticas públicas de saúde”, enfatiza.





Parcerias, apoio e formação fortalecem as Pics em Goiás

Com uma população de sete milhões de habitantes, Goiás, assim como outros estados, tem investido na busca por parceiros, no apoio aos municípios e na divulgação da importância das Pics e das políticas nacional e estadual em práticas integrativas e complementares (PNPIC/PEPIC) para ampliar e fortalecer a oferta dessa modalidade terapêutica e preventiva em seu território. Para trabalhar essas e outras ações, e superar desafios, instituiu em dezembro de 2020 a Coordenação de Pics – ligada à Secretaria de Estado da Saúde – composta atualmente por três pessoas.

No ano passado, promoveu o I Encontro Estadual de Pics. Depois do evento viu crescer a demanda dos municípios e das regionais de saúde em busca de informações sobre as práticas, a oferta em eventos e o interesse por formação. Nessas ocasiões, a coordenação aproveita para falar sobre a importância da política e da necessidade de sua implantação. A Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares de Goiás foi lançada em 2009 e apenas dois dos 246 municípios possuem uma legislação própria sobre o tema: Ceres e Goiânia.

Sob a orientação do projeto Fortespics, a coordenação vem articulando parcerias institucionais para expandir as Pics. Desse movimento surgiu o Grupo de Trabalho (GT) Integra Pics, reunindo secretaria estadual de saúde, Universidade Federal de Goiás (UFG), a Comissão de Práticas Integrativas da Secretaria de Saúde de Goiânia e o Centro Estadual de Referência em Medicina Integrativa e Complementar (Cremic), uma unidade de saúde multidisciplinar de média complexidade inaugurada em 1986 e vinculada à SES.

“Vamos formalizar o GT com a publicação de uma portaria e queremos integrar ao grupo outros setores como a gerência de saúde mental, coordenação de combate à violência (SES), o Conselho Estadual de Saúde e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-GO)”, explica Juliana de Sousa, da coordenação estadual de Pics.

Segundo ela, a atuação do GT está focada nos cursos de qualificação, como os de florais de Bach e aromaterapia, coordenados pelo Cremic em 2021. No segundo semestre de 2022 foi lançado pelo Telessaúde da UFG a capacitação em auriculoterapia com 40 horas aulas gravadas. A partir do próximo semestre, essa formação passará a promover uma aula ao vivo para os alunos que queiram tirar dúvidas. A data será informada na divulgação do curso. O curso de fitoterapia e plantas medicinais, com 80 horas de aula, é outra opção no Telessaúde. A capacitação em fitoterapia conta com a colaboração do centro estadual, que presta consultoria aos alunos.

De outubro a dezembro deste ano ocorreu o curso introdutório de ioga, com 40 vagas, oferecido pela Faculdade de Educação Física e Dança da UFG. A coordenação estadual de Pics deu apoio na divulgação junto aos municípios e na seleção dos participantes.

Para 2024 estão programados os cursos de sensibilização em Terapia Comunitária Integrativa (TCI) previsto para março, e o de dança circular, ambos coordenados pelo Cremic. A coordenação também planeja disponibilizar via parceria, os cursos de

meditação e reiki para os municípios. Diálogos foram iniciados nesse sentido. No próximo ano, o estado receberá a terceira edição do Encontro do Centro-Oeste de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, o Ecopics.

Para Juliana de Sousa e Fabiana Correa, outra integrante da Coordenação de Práticas Integrativas e Complementares de Goiás, a participação no Fortespics tem sido fundamental para o fortalecimento técnico da equipe, que vê o projeto também como um espaço de troca de experiências com referências técnicas de outros estados.



Imagem: Imagem gerada pelo Adobe Firefly.



Imagem: Secretaria de Saúde do Acre/Divulgação.

Acre avança no fortalecimento das Pics apesar dos desafios

Com orientações e conhecimentos adquiridos no Projeto Fortespics e parcerias estabelecidas com instituições, o Núcleo de Pics do Acre tem avançado no fortalecimento das práticas integrativas nos territórios, apesar das dificuldades. Exemplos desse progresso são os cursos de moxabustão e ventosa, oferecido pela Universidade Federal do Acre (UFAC) em Rio Branco e os de plantas medicinais e de auriculoterapia, via Telessaúde Goiás e Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, além da crescente participação em eventos coordenados pela Divisão de Promoção da Saúde da Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre), setor ao qual o núcleo está ligado.

A capacitação na capital do estado ocorreu de outubro a dezembro de 2023 envolvendo 22 profissionais de 17 unidades de saúde. Entre elas, Centros de Atenção Psicossocial (Caps), polos da Academia da Saúde, unidades de saúde da família e de referência da atenção primária, e o Centro Público de Atendi-

mento ao Autista. Ao término da formação de 30 horas-aulas presenciais, as unidades foram contempladas com um kit, cada uma delas, contendo ventosas e moxas de artemísia e carvão. A maleta foi entregue pela secretaria de saúde do município para promover a oferta de moxabustão e ventosaterapia na rede pública da cidade. A capacitação nas quatro modalidades de Pics foi definida com base no interesse dos trabalhadores.

Os cursos *on-line* de auriculoterapia e de plantas medicinais, abertos a profissionais da rede pública de saúde dos 22 municípios acreanos desde o último mês de maio e com 40 e 80 horas-aulas, respectivamente, são frutos de uma parceria com o Telessaúde Goiás, que assina a certificação dos alunos. Cabe à Secretaria de Saúde do Acre a promoção das seis horas de aulas práticas de auriculoterapia, presenciais, e a responsabilidade pela mentoria realizada por meio de aplicativo de conversa. Em três aulas práticas foram qualificados 75 profissionais.

Outra formação ofertada aos municípios em 2023 abordou a aplicação da auriculoterapia no combate ao tabagismo, com aulas teóricas

e práticas ocorridas em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul, cidade a 631km de distância da capital, por estrada. O curso teve como público alvo profissionais de nível médio e superior. Aproximadamente 180 pessoas foram capacitadas de forma presencial e 320 visualizaram as webconferências no canal da [Telessaúde do Acre no YouTube](#).

“Nessa formação gestores municipais enviaram seus profissionais para participarem das aulas práticas em Rio Branco, o que reflete maior interesse pelas práticas integrativas”, analisa a referência técnica em Pics do Acre, a enfermeira Valéria Teixeira. De acordo com ela, foi na tentativa de aproximação com esses gestores para levar informações sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que se percebeu o desejo deles pelos cursos.

Para expandir a oferta das Pics, Valéria também tem garantido espaço em eventos

promovidos pela Secretaria de Saúde e por outras entidades para falar sobre como as práticas podem ser usadas para promoção da saúde e como tratamento complementar. Estabeleceu, ainda, uma aproximação com a Liga Acadêmica da UFAC para criar uma rede e promover pautas das Pics.

Coordenadora do Núcleo de Pics do

Acre, Valéria apontou o curso em parceria com Goiás como um dos resultados da participação no projeto de apoio institucional Fortalecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Estados (Fortespics), coordenado pelo ObservaPICS. “O trabalho do Fortespics é essencial, principalmente no apoio à gestão. Nele encontro apoio técnico e logístico para pensar no que pode melhorar na política de Pics, orientações, monitoria, suporte para pesquisas e portarias. Além de ser um espaço de troca de experiências”, afirma.



Imagens: Secretária de Saúde do Acre/Divulgação.

Dificuldades a serem superadas e planos para 2024

Além de citar a formação como principal problema para o fortalecimento das Pics no Acre, a referência técnica apontou como outros desafios a falta de financiamento para as práticas e a dificuldade de acesso às tecnologias. “Sem recurso humano qualificado não posso capacitar e nossos municípios são 100% SUS dependentes. Na hora de ofertar um curso a distância preciso que as aulas sejam gravadas para que os participantes não corram o risco de perder as aulas ao vivo devido às dificuldades com acesso à internet”, explica.

Para o próximo ano, os planos do Núcleo de Pics são ampliar a parceria com a Universidade Federal do Acre por meio de projetos de extensão para trabalhar a formação de mais profissionais e chegar a todos os 22 municípios do estado para falar da política das práticas integrativas e apresentar casos de sucesso.

Apenas cinco (22,7%) cidades do Acre (Rio Branco, Sena Madureira, Jordão, Cruzeiro do Sul e Senador Guio-
mard) ofertam ao menos uma prática integrativa. A auriculoterapia é a modalidade mais adotada. Na Policlínica Tucumã uma equipe multidisciplinar realiza atendimentos em Pics destinados a servidores da saúde, desde de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19. O serviço foi uma iniciativa do Núcleo de Pics e do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) do estado.



Oferta de práticas integrativas favorece incentivo estadual à APS no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, onde a gestão estadual de Pics foi implementada entre 2018 e 2019, o Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde (PIAPS), lançado em 2021, inclui um indicador voltado às práticas integrativas: Percentual de Equipes da Atenção Básica (INE) com registro de oferta de procedimentos, atendimento individual e atividade coletiva em Pics. As informações são de Lisiane Lobler, atual coordenadora do [Programa Estadual de Práticas Integrativas](#) (Pepic/RS).

De acordo com a gestora, “é realizado o monitoramento mensal através do Sistema de Informação da Atenção Básica do Ministério da Saúde (Sisab) e do [Portal BI/ Painel PIAPS](#)”. Ela acrescenta que a meta definida para 2023 foi 25% das equipes de APS com registro da oferta de Pics, no período de seis meses. Uma nota informativa detalha os indicadores e no portal da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul é possível acompanhar o panorama da oferta de práticas integrativas nos municípios, explica Lisiane.

“Não é possível verificar no Sisab o número de pessoas atendidas, apenas o de atendimentos efetuados. Dessa forma, de janeiro a outubro de 2023 foram em torno de 205 mil atendimentos em Pics no Rio Grande do Sul, com 449 (90%) municípios no Estado oferecendo as práticas”, informa Lisiane. As práticas mais frequentes são auriculoterapia, aromaterapia e Medicina Tradicional Chinesa. Não há centros especializados no estado.

Apoio

A gestão estadual apoia os municípios, também, por meio de notas técnicas e outras publicações, a exemplo de guia de monitoramento, que orientam a implementação das Pics.

O Fortespics/Observapics tem ajudado na divulgação e oferta de eventos, publicações e promovido a integração entre os estados como também nas discussões e demandas junto ao Ministério da Saúde, avalia Lisiane. “A expectativa é que o grupo e as discussões se fortaleçam, para que possamos avançar na implementação das Pics no país. Cada ente federativo pode ajudar o grupo, compartilhando as suas experiências, materiais de apoio e divulgando eventos. As recomendações de Conferências de Saúde no estado e a cultura de Plantas Medicinais e Fito-terápicos motivaram a implementação da PNPIC nos municípios do RS.



Imagens: Secretária de Saúde do Rio Grande do Sul/Divulgação.





Parceria com educação popular em saúde para ampliar as Pics no Maranhão

Para ampliar a visão do cuidado em saúde, a Coordenação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Maranhão está desenvolvendo um projeto, em fase piloto, no qual utiliza a educação popular em saúde para levar as PICS aos seus territórios. O Educação Popular em Saúde e PICS (Edpopics) começou em setembro deste ano com 35 profissionais (da atenção básica, média e alta complexidade) que estão participando de curso de 160 horas com sete módulos: educação popular em saúde, gestão, plantas medicinais, shantala, auriculoterapia, ancestralidade e seminário. Nesse último, o participante apresenta os resultados da aplicação de cada módulo do curso em seu território.

A formação está ocorrendo na regional de saúde Santa Inês (Região XI), que reúne comunidades indígenas e quilombolas. Das 13 cidades da regional, apenas duas não indicaram participantes para o curso. O projeto também visa saber o que fazer com práticas não reconhecidas pelo Ministério da Saúde, como as rezas e as bênçãos, que são tão frequentes num estado com características ancestrais. O Maranhão tem quase 80% da população declarada negra e a terceira maior população de indígenas do Nordeste, de acordo com dados do Instituto Brasi-

leiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Precisamos fazer alguma coisa com essas práticas. Não podemos simplesmente ignorá-las. O que farei com o benzedor, com a raizeira, com a saúde indígena que é muito forte? É preciso dar um lugar a eles. Se não cabe na política estadual de Pics,, eu preciso construir esse espaço”, explica a coordenadora estadual das Pics, Silvanilde Carvalho.

De acordo com ela, a proposta é também que o terapeuta integrativo entenda e respeite as características ancestrais da população. “A gente precisa encontrar espaço sem desvalorizar um ou outro,

ter meios de trabalhar respeitosamente a ancestralidade e as práticas integrativas. Considerando que o forte das Pics é a escuta acolhedora e o vínculo com o território, então é necessário fazer isso com urgência”. O Edpopics é promovido em conjunto com a Escola de Saúde Pública e o Núcleo de Educação Popular em Saúde do estado.

Em paralelo a esse projeto, a equipe da coordenação, formada por seis pessoas, desenvolve outras atividades para o crescimento da oferta das práticas integrativas e prepara novos projetos. Uma das ações em execução é a inserção da política de Pics do estado (Portaria SES/MA, no 1.139, de 19 de setembro de 2022) no processo de planificação da saúde mental, iniciado em outubro. Outro projeto em andamento é o de formação em Pics para centros de atenção psicossocial (Caps). O curso, com aulas de gestão em Pics, cromoterapia, reiki 1 e 2, aromaterapia e auriculoterapia, entrará no terceiro módulo, com 30 participantes. A carga horária é de 120 horas.

A coordenação atende ainda às demandas dos municípios e de diferentes setores, como da saúde prisional, que solicitou intervenção para mediar conflitos entre pessoas privadas de liberdade. Num desses pedidos, foi usada a Terapia Comunitária

Integrativa (TCI) para mediar desavenças entre presas grávidas. Diante dessas solicitações, a coordenação está elaborando um projeto de implantação das práticas integrativas na saúde prisional com o objetivo ampliar o acesso e auxiliar no processo de ressocialização.

As Pics estão presentes hoje em 186 (85,7%) dos 217 municípios do Maranhão. Entre as dificuldades para o fortalecimento e expansão das práticas no território, a coordenação das práticas integrativas aponta o financiamento, que considera pouco, a rotatividade profissional e a articulação com algumas academias de ensino e pesquisa.





As Pics no programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família

Por Inês Reis e Mirna Teixeira.

O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF), da Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca (Ensp), da Fiocruz, há 18 anos vem sendo reconhecido pelo seu processo formativo que valoriza a integração multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (APS), subsidiando cada residente para trabalhar o cuidado articulado com as equipes locais, partindo das potencialidades e desafios dos territórios. Logo, é importante os/as residentes conhecerem outras racionalidades de cuidado, o que acarretou, em 2021, na criação de uma nova Unidade de Aprendizagem (UA) relacionada às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics), para os/as residentes do segundo ano.

Essa UA Pics tem como coordenadoras nós duas, Mirna Teixeira e Inês Reis, além de Vera Lucia Luiza e Patricia Toledo, todas da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), e a professora Magda Castro, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foi ofertada pela segunda vez em 2023, contendo 120 horas, sendo 40 horas presenciais/síncronas e 80 horas assíncronas.

Os temas abordados contemplaram os conceitos norteadores das Pics e da Medicina Tradicional e Complementar

Integrativa (MTCI); a Política Nacional de Pics (PNPIC); as racionalidades médicas e vitalistas; e a organização, a gestão e a integração das Pics no processo de trabalho. Além disso, foram apresentadas algumas Pics existentes na APS e ofertadas vivências: reiki, auriculoterapia, aromaterapia, Terapia Comunitária Integrativa (TCI), meditação e terapia floral.

Para avaliar essa UA, foi realizada uma proposta-piloto de formulário eletrônico, de modo a validar o instrumento avaliativo e os resultados dessa unidade de aprendizagem. O conteúdo foi considerado relevante e imprescindível, a

metodologia foi fundamental para o aprendizado e as vivências ajudaram a conhecer melhor as Pics e o vislumbre de aprofundamento para aplicabilidade na APS.

Destacamos alguns relatos sobre a UA Pics: “Não estamos ficando para trás, já que outras instituições já oferecem esse conhecimento em sua matriz curricular” (R2); “A presença de todos os convidados foi o grande marco do módulo, pelo comprometimento e amor que cada um tem pela sua área, a leveza com que trazem a importância de pensar o cuidado de outras maneiras” (R2). Cabe reforçar essa observação sobre os/as docentes convidados/as, pois foram 14 docentes de outras unidades da Fiocruz e, principalmente, de outras instituições, que vieram sem custeio, nem para traslado, demonstrando a valorização da temática na Residência.

Dessa forma, a UA Pics - com seu objetivo de ser um espaço de sensibilização dos profissionais que atuam na APS para o conhecimento das práticas integrativas como forma de cuidado, a partir de uma racionalidade médica vitalista - permitiu aos residentes conhecerem uma perspectiva de cuidado integral diferente do modelo biomédico, promovendo o fortalecimento do vínculo entre profissionais de saúde e usuários para melhoria da sua qualidade de vida no âmbito da APS.

Mirna Teixeira e Inês Reis são pesquisadoras da Ensp/ Fiocruz e do ObservaPICS/Fiocruz.



Imagem: Ensp/Fiocruz/Divulgação.



Cientistas indígenas querem participação ativa em projetos de pesquisa no Brasil

Durante o Seminário Avanços e Desafios da Saúde Indígena no Brasil: Contribuições dos projetos da parceria Fiocruz/Sesai, realizado de 28 a 30 de novembro, na Fiocruz, no Rio de Janeiro, indígenas manifestaram o desejo de participação ativa nos estudos em que os temas relacionados a eles são o foco. Decolonizar o conhecimento produzido nas academias é a meta dos inúmeros graduados e pós-graduados, representantes de diferentes povos aldeados.

Na carta formulada por eles, o primeiro item tratado diz “Nada sobre nós sem nós”, defendendo o protagonismo e a participação indígena em todas as etapas de projetos do edital Inova, que engloba a Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde e a Fiocruz.

Vagas para indígenas nos concursos para pesquisadores, ações antirracistas, outras afirmativas para abrir espaço, por exemplo, a publicações dos pesquisadores indígenas, e um comitê de governança, que monitore os projetos de pesquisa sobre temas referentes aos povos indígenas também são listadas no manifesto.

“Nossas pesquisas enfrentam o colonialismo, fortalecem nossa autode-terminação e combatem o epistemicídio”, reforça a biomédica e doutoranda em antropologia **Eliene dos Santos Rodrigues Putira Sacuena, da etnia Baré (Pará)**, destacando um trecho da carta. O documento é assinado por indígenas graduados, graduandos e pós-graduados, por lideranças dos diferentes povos e profissionais de saúde indígena.

“O contributo dos indígenas durante esse seminário refletiu uma necessidade de transformação. A participação ativa das comunidades nas pesquisas não apenas enriquece os estudos sobre saúde indígena, mas também guia as reflexões internas que a comunidade Fiocruz vem empreendendo nos últimos anos. Reconhecemos a importância de seguir a diretriz ‘Nada sobre nós sem nós’, e é fundamental avançar para uma pesquisa mais inclusiva e respeitosa, promovendo a descolonização do conhecimento e fortalecendo a autodeterminação desses povos.”, avaliou Hermano Castro, vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz.



Imagem: Fiocruz/Divulgação

O secretário de saúde indígena, Weibe Tapeba, o presidente da Fiocruz, Mário Moreira (de óculos) e Hermano Castro (Vpaaps), com indígenas.

Islândia Carvalho, coordenadora do ObservaPICS/Fiocruz, comentou: “Diferentes grupos de pesquisa na Fiocruz e inclusive nós, do Observatório, já desenvolvemos parcerias com um protagonismo direto dos indígenas. A tendência é crescente, não só pela formação acadêmica em ascensão dos indígenas nas universidades brasileiras, mas inclusive pela valorização dos detentores de saberes tradicionais, que não têm títulos acadêmicos, mas guardam valores culturais importantes para a compreensão da vida, da natureza e de várias questões que afetam às comunidades às comunidades. Mesmo com o massacre vivenciado por mais de 500 anos de exclusão, são mais de 300 etnias e quase 280 línguas diferentes”.

Revisão sistemática de meta-análises mostra eficácia da homeopatia

Por Paulo Viktor Ribeiro e Charles Dalcanale Tesser



Imagem: Imagem gerada pelo Adobe Firefly.

Discussões sobre a eficácia da homeopatia se repetem no mundo e no Brasil. Hamre et al (2023) realizaram uma revisão sistemática de meta-análises (MAS) de ensaios clínicos randomizados sobre eficácia do tratamento homeopático controlados por placebo, para qualquer indicação clínica. Foi publicada na *Systematic Reviews*, cujos três editores são voltados à avaliação e implementação de evidências científicas, dois participantes de alto nível da Colaboração Cochrane. O periódico não é dedicado à homeopatia e publica revisões sistemáticas em geral (systematicreviewsjournal.biomedcentral.com/).

Os autores buscaram estudos em oito bases de dados, com os seguintes critérios de inclusão: MAS de ensaios clínicos de todas as idades, países, con-

dições clínicas e linguagens de publicação, de janeiro/1990 a abril/2023. Foram incluídas seis MAS. Dessas, duas avaliavam tratamentos com homeopatia individualizada (I-HOM), uma homeopatia não individualizada (NI-HOM) e três homeopatia de todos os tipos (ALL-HOM = I-HOM+NI-HOM). As MAS incluíam entre 16 e 110 ensaios clínicos com dados extraíveis para MA, publicados de 1943 a 2014. O tamanho médio da amostra dos ensaios variou de 45 a 97 pacientes. O risco de viés foi baixo para três MAS e alto para as outras três. A intervenção I-HOM esteve presente em todos os ensaios de duas MAS e em 0-18% dos ensaios das outras quatro MAS.

A avaliação dos resultados com as análises dos desfechos primários mostrou efeito significativamente posi-

tivo da homeopatia comparada ao placebo em todos os ensaios elegíveis (cinco MAs - uma foi excluída por comparar com tratamento convencional). Restringindo a análise apenas aos ensaios clínicos de alta qualidade metodológica (avaliada pelo sistema GRADE), que variaram de 6% (n=3/54) a 29% (n=26/89), quatro MAs foram incluídas (2 ALL-HOM, 1 I-HOM e 1 NI-HOM) e o efeito da homeopatia permaneceu significativamente maior que placebo em três delas (2 ALL-HOM e 1 I-HOM).

A qualidade da evidência (alta/moderada/baixa/muito baixa) para efeitos positivos da homeopatia além do placebo é moderada para ALL-HOM e NI-HOM e alta para I-HOM. Considerando apenas as três MAs com baixo risco de viés, a qualidade da evidência é alterada para alta para ALL-HOM, permanece alta para I-HOM e moderada para NI-HOM. Esses resultados sugerem maior eficácia da I-HOM.

Portanto, o tratamento homeopático supera o placebo. Isso converge com experiências laboratoriais mostrando efeitos de preparações homeopáticas ultradiluídas em testes físico-químicos, *in vitro*, baseados em plantas e em animais. Comparado com outras intervenções, a homeopatia apresenta evidência de eficácia similar ou maior do que 90% das intervenções em toda medicina (Hamre et al., 2023).

Essa revisão reforça a inclusão e disseminação da homeopatia nos sistemas públicos de saúde. A Po-

lítica Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) prevê sua inclusão no SUS, com ênfase na atenção primária à saúde. Suas diretrizes envolvem garantia de financiamento para boas práticas homeopáticas e medicamentos homeopáticos, apoio a formação e educação permanente, socialização de informações sobre a homeopatia, apoio a pesquisas sobre homeopatia e avaliação da sua implementação no SUS (Brasil, 2006). Mesmo que pouco disso tenha sido executado, a PNPIC é um marco histórico e exemplo de política pública mundo afora. Passados seus 17 anos, nos resta materializar o acesso facilitado à homeopatia para os usuários do SUS.



Imagem: Imagem gerada pelo Adobe Firefly.

Paulo Viktor Ribeiro é médico de família e comunidade, e homeopata do Centro de Saúde do Santinho, da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis (SC).

Charles Dalcanale Tesser é médico com especialização em homeopatia, professor do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Conselho Editorial do ObservaPICS.

Declaração de conflitos de interesse

Paulo Viktor Ribeiro é primeiro secretário da Associação Médica Homeopática de Santa Catarina (AMHSC), sem remuneração, e não tem outros conflitos de interesse. Charles Tesser não tem conflitos de interesse, é bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e recebe bolsa de projeto de extensão financiado pelo Ministério de Saúde não relacionado à homeopatia.

HAMRE, H. J.; GLOCKMANN, A.; VON AMMON, K.; RILEY, D. S.; KIENE, H.. Efficacy of homoeopathic treatment: systematic review of meta-analyses of randomised placebo-controlled homoeopathy trials for any indication. *Systematic Reviews*, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 1-24, 7 out. 2023. Springer Science and Business Media LLC. <https://doi.org/10.1186/s13643-023-02313-2>

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC no SUS. Brasília, 2006.





Imagem: RedePICS Brasil/Divulgação.

IV Congrepics: troca de conhecimento por uma saúde integrativa

De 8 a 11 de novembro de 2023, Florianópolis (SC) recebeu pessoas dos mais diferentes estados brasileiros para debater as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics): ativistas, profissionais de saúde, terapeutas, gestores, trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), pesquisadores e outros interessados na temática. O [IV Congresso Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde](#) (Congrepics) teve como tema principal “Transdimensionalidade das Pics para o desenvolvimento da justiça social e o cuidado planetário”.

Como nas edições anteriores, palestras, apresentações de trabalhos científicos e relatos de experiências, cursos e eventos conjuntos marcaram o evento, organizado pela Rede de Atores Sociais em Pics (RedePics Brasil) com apoio de outras entidades, entre elas o ObservaPICS.

A programação oficial do IV Congrepics foi organizada em quatro eixos: políticas públicas e a intersetorialidade das Pics; Pics no contexto brasileiro: cidadania, justiça social e pesquisa científica; regulamentação, prática profissional e transdimensionalidade das Pics; e saúde planetária (saberes tradicionais e perspectivas das Pics para um futuro sustentável).

Durante quatro dias, no Hotel Sesc Capupé, foram apresentadas e debatidas também contribuições para fortalecer o SUS brasileiro. Por meio do Núcleo Técnico de Gestão da Política Nacional de Pics no SUS (NTG-PNPIC) do Departamento de Gestão do Cuidado Integral (DGCI), o Ministério da Saúde promoveu o Encontro Nacional das Referências Estaduais em Pics. Junto ao Congrepics foram realizados o III Encontro Regional de Pics da Região Sul e o XV Congresso Brasileiro de Naturologia.

Imagem: RedePICS
Brasil/Divulgação.

Observatório no congresso

Além de promover uma oficina para gestores estaduais das Pics durante o evento, como parte do projeto de apoio institucional Fortespics, o ObservaPICS participou de outras atividades por meio de sua equipe técnica. No dia 9, pela manhã, a pesquisadora Islândia Carvalho, coordenadora do Observatório, integrou a mesa “Os saberes tradicionais e ancestrais, saúde e ambiente no cenário do Brasil e da América Latina”.

No dia 10, à tarde, a apoiadora do ObservaPICS Carine Nied comandou a mesa sobre a experiência do projeto Fortespics, que

auxilia os estados na implantação e avaliação da política de práticas integrativas.

Durante o congresso, as pesquisadoras Mirna Teixeira, Inês Reis e Vera Lúcia Luiza, da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) e colaboradoras do ObservaPICS, apresentaram a experiência de formação em práticas integrativas realizada na Residência Multiprofissional em Saúde da Família da referida escola, junto com a pesquisadora Patrícia Pássaro (Ensp/Fiocruz) e a professora Magda Castro, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Imagem: RedePICS
Brasil/Divulgação.



@observapics



OBSERVAPICS

**Observatório Nacional de Saberes e
Práticas Tradicionais, Integrativas e
Complementares em Saúde**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz